

**ENSAIO ACERCA DA ANUNCIADA TRAGÉDIA BRASILEIRA:
A CRISE DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EM TEMPOS-
ESPAÇOS DE PANDEMIA**

**ENSSAY ON THE ANNOUNCED BRAZILIAN TRAGEDY:
THE CAPITAL CRISIS AND THE DEEPENING OF INEQUALITIES IN TIMES- SPACES OF PANDEMIA**

Adriana Cristina Deiga Xavier Ferreira¹
Anny Karollyne Costa da Silva²

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre a crise do capital e o aumento das desigualdades para a classe-que-vive-do-trabalho em contexto de pandemia, em suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Com isso, sinalizamos também alguns elementos para pensar a interseccionalidade entre as relações de classe, gênero, raça/etnia no Brasil e suas expressões em tempos-espacos de covid-19. Foram realizadas análises por meio do método histórico-dialético da bibliografia e das produções recentemente socializadas. Verificou-se que a ideologia professada de que “estamos no mesmo barco”, como um grande equalizador de classes no enfrentamento da pandemia, na verdade, exacerba e aprofunda ainda mais as desigualdades, e deixa claro quem está pagando os custos da crise. Diante disso, o que fica notório, ao longo da discussão proposta, é que estamos vivendo a mesma tempestade, mas não estamos no mesmo barco.

Palavras-chave: Crise do Capital. Pandemia. Classes Sociais. Raça. Gênero.

Abstract: This article aims to bring about some reflections on the capital crisis and the increase in inequalities for the working-class in a pandemic context, regarding its social, political and economic dimensions. With that, we also list some elements to think about the intersectionality between the relations of class, gender, race / ethnicity in Brazil and their expressions in time-spaces of the pandemic of covid-19. Analyzes were carried out through the historical-dialectical method of bibliography and recently socialized productions. It was found that the professed ideology that “we are in the same boat”, as a great class equalizer in facing the pandemic, actually exacerbates and deepens inequalities even more, and makes it clear who is paying the costs of the crisis. In view of this, what is noticeable throughout the proposed discussion is that we are experiencing the same storm, but not in the same boat.

Keywords: Capital Crisis. Pandemic. Social Classes. Race. Gender.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: <adrಿದೆigaa@gmail.com>

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: <karoliscosta@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nas palavras do sociólogo Ricardo Antunes, ao Jornal Brasil de Fato “a pandemia desnudou a perversidade do capital contra os trabalhadores”. Como sabemos, não foi a pandemia que trouxe a tragédia a céu aberto, ela é resultado de um sistema social destrutivo, de uma tragédia anteriormente anunciada para a classe-que-vive-do-trabalho e aprofundada no atual contexto. Há tempos vivemos sob os auspícios de um capitalismo letal, destrutivo, pandêmico e virótico.

A inter-relação que se processa entre a pandemia do Coronavírus e a crise do capital tem gerado consequências profundas para a humanidade. Como nos alerta Antunes (2020), além dos índices globais de mortalidade, amplia-se enormemente o empobrecimento e miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora ampliada. Portanto, é no chão da crise estrutural do capital que a pandemia vem se proliferando e já ceifou a vida de aproximadamente 1 milhão de pessoas, segundo o monitoramento da Universidade Johns Hopkins.³

Em suas entrevistas à imprensa⁴, o chefe do programa de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Mike Ryan, revela que o número oficial de mortos pela covid-19 no mundo representa apenas uma fração da realidade. “Os números relatados atualmente representam, provavelmente, uma subavaliação das pessoas que contraíram covid-19 ou morreram em decorrência da doença”, afirmou. “Posso garantir que os números verdadeiros são maiores.” Há estimativas de que ele possa estar hoje em 2 milhões”.

Segundo os dados monitorados pela universidade, os cinco países com mais óbitos, são os Estados Unidos, Brasil, Índia, México e Reino Unido. É embasado em tais determinações que Davis (2020) nos atenta para o fato de que a “caixa de pandora” continua aberta e o nosso implacável sistema torna tudo pior. É largo o leque de fenômenos contemporâneos os

³ Portal de monitoramento do covid-19, realizado pela universidade de Johns Hopkins, localizada nos Estados Unidos. Disponível em: < <https://coronavirus.jhu.edu/map.html> > Acesso em 29 setembro de 2020

⁴ “Mundo chega a 1 milhão de mortos e com sinais de segunda onda” O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mundo-chega-a-1-milhao-de-mortos-e-com-sinais-de-segunda-onda,70003455882>. Acesso em 2 de outubro de 2020.

quais indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital (NETTO, 2012, p.426).

A atual crise estrutural e sistêmica do capital se expressa na confluência de múltiplas crises: ecológica, social, política e econômica, engendradas inexoravelmente pela própria lógica de produção destrutiva imposta pelo desenvolvimento capitalista. Atualmente, soma-se a este quadro, a crise de saúde pública causada pelo coronavírus, SARS-CoV-2, causador da pandemia da COVID-19 (SENHORAS, 2020). Para Davis (2020), "a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo".

Dessa maneira, a pandemia causada pelo coronavírus agrava a crise estrutural do capital, e escancara os limites e contradições da dinâmica de acumulação capitalista, sobretudo na atual fase de hegemonia neoliberal. O surto expôs instantaneamente seu caráter de gênero, raça e de classe, de quem poderá ficar em isolamento social, acesso a moradia convencional regular; acesso rápido a um tratamento de saúde e principalmente condições de seguir os protocolos.

O crescimento exponencial e disseminação do coronavírus pelas favelas, periferias e grandes centros urbanos escancarou a perversa desigualdade social e econômica no país. O neoliberalismo como expressão da etapa atual do sistema capitalista, patriarcal e racista, tem como uma de suas premissas a proposição de que há vidas que contam e há vidas que não contam (ÁVILA FERREIRA, 2020, p. 124). Isto se revela em sua extrema contundência no atual contexto.

Após essa breve apresentação, é crucial esclarecer que o objetivo do trabalho é trazer neste breve ensaio reflexões sobre a crise do capital e o aprofundamento das desigualdades para a classe-que-vive do trabalho em contexto de pandemia, em suas dimensões sociais, políticas e econômicas - do ponto de vista material e subjetivo. Com isso, pretendemos também trazer ao longo do artigo apontamentos sobre a operação ideológica em curso que apresenta a atual crise econômica como sendo produto da recente crise sanitária. Contudo, sabemos que o projeto de sociedade neoliberal, com delineamentos fascista e ultraconservador apenas se agravou e adquiriu proporções nefastas em tempos de covid-19.

Evidentemente, algumas questões destacadas no decorrer do trabalho podem já ter sido elucidadas em outras produções sobre a temática. Entretanto, ressaltamos a importância de analisar criticamente a realidade, desocultando o real. A análise através do método histórico-dialético da bibliografia e das produções recentemente socializadas, nos permite entender que o engodo ideológico professado de que "estamos no mesmo barco" como um grande equalizador de classes no enfrentamento da pandemia, na verdade exacerba ainda mais e aprofunda as desigualdades, deixando claro quem está pagando os custos da crise. O notório ao longo da discussão proposta é a retórica de que estamos vivendo a mesma tempestade, mas não estamos no mesmo barco.

CRISE DO CAPITAL E O LEGADO DA AUSTERIDADE

As crises são próprias da dinâmica do modo de produção capitalista, fazem parte do sistema sociometabólico do capital. "Não existe capitalismo sem crise" (NETTO, 2012), uma vez que são manifestação da contrariedade e instabilidade que perfila o desenvolvimento do sistema. As causas estão ligadas há várias pluralidades e funções, não são únicas, mas culminam em explosão. Como sinaliza Mandel (1990), as causas podem estar atreladas ao subconsumo de massas; superacumulação dos capitais; queda da taxa de lucro, anarquia da produção dentre outros fatores relacionados a algum aspecto entre escassez ou superprodução.

Todavia, nas últimas décadas, o sistema capitalista vem demonstrando uma debilidade em lidar com as suas contradições internas, além de dificuldades em manter o nível e a dinâmica de desenvolvimento do sistema de reprodução capitalista, isto é, em manter a sua lógica orientada pela expansão e movida pela acumulação (MÉSZÁROS, 2002).

Para os estudiosos, o capitalismo enfrenta, desde a década de 1970, uma profunda crise estrutural global e sistêmica, que tende a se agravar consideravelmente até entrar em sua fase terminal (HARVEY, 2016; WALLERSTIEN, 2012; MÉSZÁROS, 2011). A chamada crise sistêmica afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, aos quais é articulada, isto é, envolve toda a estrutura da ordem do capital, uma era sem precedências históricas (MÉSZÁROS, 2011; NETTO, 2012).

Ao partir de um diálogo crítico acerca do metabolismo antissocial do capital, percebemos que a sua normalidade é a destrutividade. A incontrollabilidade do capital, por não possuir limites para expansão, desconsidera totalmente as necessidades humanas, não respeitando os limites da natureza e pondo a frente as necessidades de autovalorização. É a manifestação dos encontros do sistema com seus próprios limites intrínsecos, pois o modus operandi do capital se desenvolve a partir da destruição, seja da força de trabalho humana, da natureza e até mesmo da própria humanidade.

Conforme Marx demonstrou substancialmente em o Capital (Livro III): a produção do capital é “[...] num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro (MARX, 2017, p.116). Diante disso, o capitalismo se mostra incapaz de assegurar condições de vida digna para a maior parte da população. Sob esse ditame, os seres humanos devem se ajustar e provar sua viabilidade produtiva ou perecer (SANTOS, 2020; HARVEY, 2016; MÉSZÁROS, 2002).

Assim, é sob um novo regime de acumulação que observamos o movimento do capital redimensionar a sociabilidade contemporânea. Segundo CHESNAIS (1996), trata-se de um período caracterizado pela crise do modelo de expansão do capital, de um novo padrão de acumulação caracterizado pela flexibilidade produtiva. A centralidade do capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves para a classe-que-vive-do-trabalho, com sua nova morfologia do trabalho, sob a tríade flexibilização-precarização-terceirização, elevados índices de desemprego, redução de salários, ausência de direitos, ampliação de trabalho desprotegido, informal e intermitente.

No atual contexto, em especial nas últimas décadas, o capital financeiro assumiu o comando no processo de acumulação, de forma que o campo de sua acumulação não mais apresenta fronteira de qualquer ordem. [...] É um volume colossal de capital, na forma de títulos, ações e derivativos, que tem “vida própria”, altamente autonomizado dos processos produtivos e sua comercialização (Marques, 2018, p.110-113).

Podemos observar que essas transformações no capitalismo e suas desafortunadas tendências encontraram chão favorável para se proliferar desde a crise da década de 1970, redesenhando amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo. Uma nova temporalidade histórica no desenvolvimento civilizatório. Esta década, significou no plano histórico-mundial,

a inauguração de um "corte histórico" no processo civilizatório do capital, atingindo amplamente os campos econômicos, políticos, social e cultural (AGAMBEN, 2013; ALVES, 2013).

Cislahgni (2020) sinaliza que a primeira crise aguda mundial do capitalismo no século XXI, isto é, a crise de 2008, em nada é um raio em céu azul, é consequência do marco profundo das mudanças que se estabelecem a partir da década de 1970. Nos primórdios do século XXI, a destruição criativa do capital articula-se cada vez mais com a produção destrutiva das condições da reprodução social. A crítica radical do capitalismo torna-se hoje, mais do que nunca, necessidade do pensamento (Alves, 2012).

O movimento de concentração e centralização do capital financeiro, e posteriormente os diversos momento de crises, traz como saldo a periferia do mercado mundial, como é caso do Brasil, ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; a destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em agrobusiness, elevada segregação urbana e social, somado a fatores como forte eugenia social, exacerbação do racismo, opressão de gênero; xenofobia, homofobia, sexismo. Esse quadro faz parte do culto aberrante da ignorância, o crescente irracionalismo e o desprezo à ciência, entre outros na era da exasperação da razão instrumental e contrarrevolução preventiva (ANTUNES,2020). Para o mesmo autor:

As alienações, as coisificações e os tantos outros estranhamentos, as devastações ambientais, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos e todas as aberrações - e tantas mais - estão sendo desencavadas dos porões mais objetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas que em alguns casos pareciam estar cerrados (ANTUNES,2020, p. sem número).

Se de um lado a economia brasileira insere-se no cenário mundial como uma emergente plataforma financeira, garantindo ganhos inigualáveis mediante elevação das taxas de juro ao seguir as políticas monetárias e cambial de ajuste, por outro lado, no atual quadro conjuntural histórico do Brasil, vivemos uma "nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva de barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho (ANTUNES,2018a, p.10). Recolocada as contradições do capitalismo, observamos que a periferia do capitalismo ou em "desenvolvimento" sofre os efeitos da crise estrutural do capital.

Como resposta a essa crise, e muito antes dela, as diversas políticas de ajustes como austeridade fiscal, tornou-se política inquestionável em muitos países. No Brasil não foi

diferente, pois revelam as contradições do sistema do Capital, consubstanciadas na instabilidade, na insegurança, na liquidez, na precarização estrutural do trabalho, nas exclusões crescentes, na descartabilidade e desestruturação do planeta. Para Blyth (2017, p.36) a austeridade é uma ideia perigosa, que por não funcionar na prática faz com que os pobres paguem pelos riscos, tornando-se também um argumento moral em que ocorre a transferência de responsabilidades. "Poucos de nós são convidados para a festa, mas nos pedem, a todos, que paguemos a conta".

Dito isso, podemos elencar algumas medidas adotadas nos últimos anos no país, que sob os auspícios de conter a crise do capital, contribuíram para crise social e sanitária acentuada no período pandêmico, agravando a situação para a classe-que-vive-do-trabalho. Assim, a derrocada dos direitos se deram desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que prevê o congelamento dos gastos públicos durante 20 anos; a Reforma da Previdência (PEC 287/2016); a Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017; A lei da terceirização 13.429-2017 aprovada no (des) governo de Temer, seguidas pelas atrocidades do Governo Bolsonaro. O centro da ação do governo e da burguesia em relação aos trabalhadores/as está colocado em três medidas: 1) estabelecimento de acordo individual flexibilizando todas as conquistas trabalhistas ao sabor do patrão (MP 927)⁵, 2) suspensão e redução dos contratos de trabalho e dos salários (MP 936), com o governo arcando com parte dos custos das empresas (MP 944)⁶ e 3) o emprego verde e amarelo aprofundando a reforma trabalhista, na tentativa de tornar os trabalho formal em informal - nas interpretações de Antunes (2018b), a condição de assalariado se torna privilégio frente o avanço do infoproterariado⁷ digital na era dos serviços.

⁵ Medida Provisória 927, que "dispõe sobre medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para a preservação do emprego e da renda e para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência da saúde pública. Todavia, revelou-se como medidas patronais para facilitar a demissão, reduzir salários, aumentar a exploração, atentar contra a saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, gerando ainda mais calamidade em suas vidas.

⁶ Medida Provisória 936 e MP 944 surge como um programa de medidas complementares vista anteriormente. "Um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda" e o "Suporte ao emprego". A intenção das MPs é dar uma liberdade máxima ao patrão, reduzir o trabalhador e a trabalhadora à fome.

⁷ [...] um novo contingente de assalariados em franca expansão, de que são exemplos os trabalhos nas TICs, que abrangem desde as empresas de software até aquelas de call-center, telemarketing etc., cada vez mais parte integrante e crescente da nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2018b).

As consequências desses projetos políticos desastrosos: desemprego, inflação em níveis alarmantes, aumento da pobreza, ataque às políticas sociais, bem como, aos direitos sociais em geral. Ademais, a esfera da sociabilidade capitalista, se expressa no avanço do conservadorismo e no discurso sintonizado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo. Frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes-nacional e internacionalmente-promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivação das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.199–212). Conforme adensa Souza (2016), em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar folego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano.

A PANDEMIA E O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDES NO BRASIL

A COVID-19 avançou mundialmente de forma acelerada desde que vieram a público seus primeiros casos. A partir disso, atingiu e impactou drasticamente os sistemas de saúde e causou inúmeros efeitos colaterais nas economias e nas sociedades de todo o mundo. Nas proposições de Davis (2020), o Corona entra pela porta da frente como um mostro familiar, e logo demonstra a debilidade dos sistemas de saúde em lidar com a situação, principalmente após um legado deixado pelas políticas de austeridade nos vários países. Essa realidade foi mais destrutiva e letal para a população que vive em situação de vulnerabilidade.

O crescimento exponencial e disseminação do coronavírus pelas favelas, periferias, grandes centros urbanos e escancarou a perversa desigualdade social e econômica no país. Conforme os dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não tem habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. "Habitam a cidade, sem direito à cidade" (SANTOS, 2020). Como observado, o vírus desceu na hierarquia social e se espalhou

rapidamente pelos estratos mais vulneráveis, expondo instantaneamente quais populações seriam as maiores vítimas da pandemia.

Notadamente no Brasil, a precarização, as relações de produção, a exploração do trabalho e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora, são traços constituintes da formação sócio-histórica do país. É em função desse desenvolvimento desigual e combinado, da associação de elementos "arcaicos" e "modernos" nos países periféricos, que Fernandes (2008) constrói o conceito de capitalismo dependente para explicar a realidade brasileira, que não sofre grandes transformações nas suas "arcaicas" estruturas econômicas, sociais e políticas, mas apenas remodela superficialmente às exigências postas pelo capitalismo.

Assim, repercutem em desigualdade econômica e social, e principalmente nas formas de relações trabalhistas se comparamos a realidade de outros países. Nas especificidades latino-americana, o capitalismo vai se desenvolver de forma tardia e ligado ao capitalismo mundial, pois historicamente produziu-se matéria prima para atender aos auspícios e consolidação da economia industrial europeia. No Brasil, o desenvolvimento interno do capitalismo se deu de forma lenta e gradual, na medida em que a estrutura escravocrata se dissolvia, possibilitando a reorganização das estruturas de produção (MARINI, 2005; FURTADO,2007).

Dessa maneira, podemos dizer que a precarização é elemento formador das relações trabalhistas no Brasil, aparecendo em diversas conjunturas nas oscilações entre subemprego e desemprego. Ao analisarmos a nova morfologia do trabalho, a partir das proposições de Antunes (2020), é possível identificar que ao final do ano de 2019, a informalidade atingia 40% dos trabalhadores do país. Além disso, crescia consideravelmente a quantidade de pessoas que se integravam a "uberização do trabalho"⁸ (mais de 5 milhões). O país também contava com elevada taxa de desemprego, com trabalhadores subutilizados, intermitentes e terceirizados em praticamente todos os setores laborais.

⁸ Antunes (2019) esclarece que "a uberização do trabalho" é o mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos. Essa terminologia identifica as formas de trabalho marcadas ilimitadamente pela informalidade, flexibilidade, precarização e desregulamentação, destacando os serviços ligados as plataformas digitais e aplicativos. (Amazon, Uber, Ifood, Rappi entre outras).

Segundo Antunes (2020, p.13), esse cenário precário para a classe trabalhadora já caracterizava o Brasil antes da pandemia do Coronavírus, “1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias” e agora em período pandêmico é ainda mais preocupante, com números crescentes de trabalhadores desempregados, subempregados, informais e/ou obrigados a sair de casa para trabalhar (sob pena, de se não comparecer, ser demitido). Nesse sentido, muitos “optaram” por se expor, e até mesmo transmitir o vírus para suas famílias carregando o medo de “morrer de fome ou morrer acometido pela doença”, como reverberado nos meios midiáticos.

Situações como essa desmistificaram as notícias difundidas inicialmente pela mídia, sob o engodo que a pandemia do Coronavírus era “democrática”, não havendo distinções quanto ao seu enfrentamento. Todavia, as informações eram baseadas nos primeiros contágios, resultados de viagens ao exterior realizadas por pessoas com poder aquisitivos elevados e, conseqüentemente, tiveram contato com indivíduos infectados. O primeiro caso foi constatado em São Paulo e divulgado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020, sobre um homem de 61 anos, que regressou de uma viagem à Itália⁹ e deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein no dia anterior. Outrora, o argumento de que “estariamos no mesmo barco” se invalida quando os marcadores sociais de classe, raça e sexo, de maneira indissociáveis, se imbricam na análise da realidade. Portanto, a retórica é “estamos na mesma tempestade, mas não no mesmo barco”

Apesar de a doença em pauta ter potencialidade de contagiar qualquer pessoa, há diferenças nas medidas de prevenção e possibilidade de agravamentos dos sinais e sintomas. Sua expansão tem trazido impactos econômicos, políticos e sociais principalmente quando se transversalizam os marcadores sociais de raça, classe e gênero, condições que vulnerabilizaram diversos grupos populacionais. Segundo o boletim epidemiológico divulgado no dia 18 de maio pelo Ministério da Saúde, 54,8% dos óbitos registrados são de pessoas pretas e pardas. Pessoas brancas são maioria entre os internados (51,4%), mas minoria entre os mortos (43,1%).

⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em 1 de outubro de 2020.

Ainda, cabe mencionar a imensa subnotificação no país em função do baixo índice de testagem e o fato que 32% dos óbitos não tiveram a cor/raça da vítima registrada.

A realidade é que o advento da pandemia destacou e intensificou a desigualdade social, ao tornar expostos ao vírus, trabalhadores e trabalhadoras das classes sociais menos favorecidas, como as empregadas domésticas e os entregadores de aplicativos, obrigando-os a conviver com o risco imaneente de contaminação e possível transmissão para suas casas e comunidades. Para as mulheres, a condição que se funda na mistificação entre trabalho e cuidados no âmbito do lar, são postos como indivisíveis e exclusivamente feminino. Nas diversas narrativas, em tempos de pandemia o trabalho reprodutivo alçou de maneira exacerbada, impondo uma nova sobrecarga. A pandemia imprimiu um novo ritmo de trabalho as mulheres que estão realizando o confinamento forçado e as que estão saindo para trabalhar. Sobre essa realidade, importa destacar que as mulheres são a maioria nos setores que envolvem os serviços considerados essenciais durante a pandemia. Muitas dessas mulheres estão trabalhando na função de empregadas domésticas, em que saem de suas casas, para desempenhar o trabalho de forma remunerada na casa de suas empregadoras.

Além do que, a elas não coube decidir pelo isolamento social, na medida em que são a maioria entre os trabalhadores informais. Conforme os dados da organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 93% dos trabalhadores domésticos na América Latina e Caribe são mulheres. Para Federici (2018) é com base no trabalho de cuidado doméstico que o sistema capitalista se sustenta. Esse trabalho reprodutivo não remunerado ou de cuidado doméstico, realizado dentro das casas é um trabalho conformado pelo e para o capital a fim de garantir a sua funcionalidade. Ainda, de acordo com a pesquisa realizado pelo instituto Locomotiva, 39% dos empregadores de domésticas diaristas abriram mão do serviço destas profissionais, sem, entretanto, manter o pagamento das diárias ou garantia de qualquer renda, comprometendo as condições de vida e manutenção das famílias trabalhadoras.

O retrato dessa trágica realidade foi o caso da empregada doméstica de 62 anos, na cidade do Rio de Janeiro (primeiro caso confirmado de orboto por COVID-19 na cidade) que

veio óbito na data de 17 de março de 2020, conforme a matéria noticiada no G1¹⁰. A senhora possuía um regime de trabalho de segunda à sexta (inclusive dormia no trabalho) com folgas no final de semana, era residente do Bairro Miguel Pereira (100km de distância da capital) e trabalhava no bairro do Leblon- cujo valor do metro quadrado está avaliado em torno de 30 mil reais (USD- 5.636,97 aproximadamente). A idosa, pertencente ao grupo de risco, por ser portadora de comorbidades como a hipertensão e a diabetes, passou mal no trabalho e alegou ao chegar ao hospital que estava cuidando da patroa que acabara de regressar da Itália com o vírus. A senhora de 62 anos faleceu, sendo-lhe negada condição de empregada, direitos ao trabalho assegurado. Isso nos leva a pensar como as relações de cuidado e trabalho são apropriadas pelo capital, bem como a desigualdade de classe está intrinsecamente vinculada à de raça e gênero, a partir da relação entre empregada-empregadora.

Ainda, conforme o levantamento realizado pela OMS, 70% dos profissionais da saúde que atuaram e atuam na linha de frente de combate à doença são mulheres, na medida em que são a maioria na área do cuidado, ocupando 84,6% dos cargos existentes nas equipes de enfermagem (o que inclui enfermeiras, auxiliares e técnicas). Os dados informados pelo Conselho Nacional de Enfermagem, revelaram que a falta de condições de trabalho necessárias ao tratamento da doença, incidiu no aumento da contaminação pelo vírus dessas trabalhadoras, em muitos casos resultando no óbito, sendo o Brasil o campeão de contaminação desses profissionais.

A recente crise sanitária e epidemiológica, vem demonstrando que alguns grupos, sob o aspecto social e econômico, são ainda mais vulneráveis que outros. De um lado muitos carecem de condições necessárias para o auto isolamento, no outro polo antagônico, uma elite pequena e seleta demonstra o poder do privilégio em uma pandemia, distinguindo quais pessoas estarão mais expostas ao vírus. O contexto dissemelhante de classes fica ainda mais nitido quando um pequeno grupo tem a possibilidade de escolher em qual de suas residências passar o período de quarentena, enquanto muitos vivem em locais precários, ou não possuem

¹⁰“Morte da primeira vítima de Covid-19 completa três meses” matéria veiculada pelo Jornal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/morte-da-primeira-vitima-por-covid-19-no-brasil-completa-tres-meses-nesta-terca.ghtml>>. Acesso em 1 de outubro de 2020.

uma moradia convencional regular para se proteger, como é o caso da população em situação de rua e suas demandas crescentes por abrigo.

As condições financeiras e a pouca escolaridade são também fatores influenciadores no descumprimento das orientações dos órgãos de saúde. De acordo com a pesquisa realizada pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), o vírus tem alto impacto àqueles que tem baixa escolaridade. Os óbitos de pessoas com nível superior representavam 22,5 % dos casos, enquanto os de pessoas com baixa escolaridade representavam 71,9%, dos casos. A ampla divulgação das medidas como a necessidade do uso de álcool 70%, de lavar as mãos recorrentemente; o uso constante de máscaras, além de se manter o distanciamento social a fim de não contrair e não difundir o COVID 19, se tornaram protocolos inviáveis de serem cumpridos pelos segmentos vulnerabilizados diante de uma realidade permeada por múltiplas privações. Essa pesquisa revela que quanto maior o nível de escolaridade e de renda, maior é o acesso e o conhecimento sobre os serviços básicos de saúde.

O acesso a saúde se consubstanciou em uma realidade drástica, expresso nas condições de quem poderia custear um tratamento, enquanto um número exorbitante de pessoas foi a óbito a espera de vagas nas UTIs, do Sistema Único de Saúde - SUS, que se encontra sucateado, legado das políticas de austeridade. Soma-se a isso, a ausência de condições de trabalho para os profissionais, seja por falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), seja por falta de insumos para o atendimento à população que procurava os serviços de saúde. “[...] assim o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (Harvey, 2020, p.21). As desigualdades que já eram latentes se tornaram mais expostas e radicalizadas, exacerbando as expressões da questão social. Expressões que advêm das relações de exploração, dominação e expropriação do capital sobre a população (composta em sua maioria de trabalhadores e trabalhadoras pobres, negros e negras).

Amparado nessa lógica, que o capital se alimenta e se fortifica difundindo sua ideologia conservadora, através da reprodução do patriarcado, do racismo e do classismo. O Brasil contemporâneo estabeleceu-se sem alteração significativa na organização da economia e da sociedade, sem modificar esses pilares estruturantes e funcionais a ordem do capital (PRADO

JR, 1961). Tal cenário, induz pensamentos naturalizantes das relações de expropriação, exploração e dominação de ricos sobre pobres, de homens sobre mulheres, de brancos sobre negros. O que é evidenciado através da “superexploração do trabalho, do controle do corpo e da sexualidade, da violência e da permanente busca por criar barreiras à insurreição das mulheres e toda a classe trabalhadora contra as desigualdades históricas e cotidianas que marcam a vida e se aviltam” (Ávila; Ferreira, 2020, p.122).

Uma conjuntura conservadora que já vinha sendo desenhada mundialmente se espalhou com o advento da pandemia. Segundo Ávila e Ferreira (2020), o atual governo vem pondo em prática de maneira incisiva, um programa neoliberal e autoritário que se apropria do fundo público em prol do capital rentista. Dessa maneira, o recurso público que deveria servir para suprir as necessidades da população em todos os momentos, com investimentos nas diversas políticas, é capitaneado pelo Estado, com o propósito de alimentar o capital rentista e os serviços da dívida pública. Para as autoras, as crises sanitárias, demonstram e aprofundam a perversidade das relações sociais estabelecidas pelo modo de produção vigente, em que atingem e põe em xeque até mesmo a sobrevivência humana.

[...] não se poderá conter a pandemia sem conter o capitalismo e a apropriação desenfreada dos recursos públicos para os interesses do capital, o desapossamento dos territórios e comuns, o descarte das populações, o desmonte do investimento social dos Estados e seus sistemas de proteção social, a superexploração que desgasta e descarta corpos, a conversão de pessoas em mercadorias força de trabalho sem direito mínimo de proteção e uma forma de organização social que admite –e no caso da extrema direita defende –o descarte de grupos sociais e populações inteiras seja pela violência do Estado, pelo encarceramento, pelas doenças devastadoras (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p.123).

Essas diferenças evidenciam as contradições do modo de produção capitalista. Por ser um sistema baseado em profundas desigualdades, requer diversas ferramentas para dividir a maioria. O racismo e todas as formas de opressão sob o capitalismo servem a esse propósito (Taylor, 2018, p.181). O Racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento. A raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil. Ela também é uma categoria analítica indispensável, pois é a única que revela discriminações e desigualdades que são de classes e também raciais (Guimarães, 2012).

No período pandêmico, milhares de pessoas tiveram sua vida dificultada, desde a inacessibilidade a testes para a detecção do vírus, até o tratamento da infecção, uma vez

que, grande parcela da sociedade não possui mecanismos facilitadores como poder, dinheiro e prestígio, capaz de aliviar as conseqüências das doenças. Essa situação se agrava, se pensarmos as diversas realidades de milhares de negros e negras no país, pois o racismo existe e não é um problema de formação ou comportamento, mas uma questão estrutural. Para Almeida (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro, porque os estudos a respeito da desigualdade racial foram utilizados para justificar a inferioridade negra, não fazendo críticas sobre a condição do negro na sociedade.

Franco (2019) em sua tese de doutorado, ao analisar da biopolítica à necrogovernmentabilidade nos dispositivos brasileiros e associá-lo as diversas expressões do racismo, aponta que o Estado tem gestado a política de morte. Trata-se de gerir condições mortíferas, isto é, fazer com que determinadas regiões estejam submetidas permanente a um controle das condições necessárias de sobrevivência a níveis mínimos, a um controle dos processos de circulação marcados pelo risco permanente de morte.

Ao pensarmos especificamente na necropolítica, conceito cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, a relação entre poder e morte quando elencadas a realidade brasileira, nos leva a compreender os modos e as formas pelos quais o poder político de diferentes maneiras se apropria da morte, como um objeto de gestão. Dessa maneira, o poder não se apropria apenas da vida e das formas de vida, limitando e estabelecendo normas que nos dizem como viver, mas também decide medidas a respeito de "como devemos morrer, quem deve morrer e o que vai acontecer com essa morte e esse corpo". A necropolítica no Brasil entra em um dispositivo mais complexo que envolve racismo nas suas dimensões (política, econômica e subjetiva), da segurança pública, os equipamentos de saúde e até mesmo gestão cemiterial, pois de acordo com os estudos de Franco (2019) a depender do governo, se pode produzir um maior número de cadáveres não identificados ou não reclamados, corpos sem nomes, cujas identidades é "não ter identidades". Essas situações ocorrem em campos menos visíveis, silenciosos, como é o caso da administração dos cemitérios; IMLs, além da administração dos necrotérios universitários. Esta forma de anonimato dificulta o reconhecimento da enormidade desta injustiça. O anonimato transforma as pessoas em categorias abstratas: migrantes, negros, loucos, desviantes, homossexuais, pobres - todos são os outros'. São números, não são sujeitos! E assim diminui nosso senso de culpa, a nossa

responsabilidade (VENTURINI, 2012, p. 58). De certo modo, esta realidade tornou-se identificável na pandemia ao observar os segmentos vulnerabilizados, dado a proporção de contágios e óbitos.

Conforme esclarece Almeida (2018) há uma segregação não oficial entre negros e brancos, já que existe uma naturalização de negros em posições subalternizadas e, de outro lado, há uma supremacia branca politicamente constituída e ainda compatível com a necessidade reprodutiva do capital. Em uma pesquisa realizada pelo IBGE (2019) os índices apontam que no Brasil as pessoas negras possuem enormes desvantagens em relação as pessoas brancas. A partir de alguns recortes, podemos observar que: 1) os negros e pardos representam a maioria da força de trabalho 57,7 milhões, todavia, constituem 64,2% dos desocupados e 66,1% dos subutilizados. O que reduz o acesso aos direitos do trabalho como salário mínimo, férias, décimo terceiro salário, FGTS, seguro desemprego e aposentadoria. Além disso, pessoas brancas recebem rendimentos cerca de 45% a mais do que os indivíduos negros e pardos, independentemente do nível escolar de cada um; 2) dos 10% da população que recebem menores rendimentos, os pretos e pardos constituem 75,2% e no que se refere a pobreza monetária na linha de US\$ 5,50 diários recomendada pelo Banco Mundial, a taxa dos indivíduos brancos era 15,4%, e dos pretos e pardos 32,9%. Já na linha de US\$ 1,90 diários, 3,6% das pessoas brancas possuíam rendimento menores, enquanto 8,8% das pessoas pretas e pardas recebiam rendimentos inferiores a esse valor; 3) os negros e pardos habitam moradias piores e possuem menor acesso do que os brancos a bens e serviços.

A interpretação dos dados, nos permite afirmar que as desigualdades estruturantes da nossa sociedade não são democráticas. Os níveis de desigualdade e de vulnerabilidades estão associados a um determinado segmento da população, que tem suas raízes advindas de processos colonizadores e perduram até hoje como herança. Como revela FERNANDES (1978b), o processo de colonização seguido pelos conquistadores portugueses e o modelo adotado de exploração econômica deixaram marcas indelévels na estrutura e organização da sociedade brasileira. Para Ianni (2005), a questão racial é um paradigma imprescindível no entendimento da construção social do Brasil.

Diante de tudo que foi exposto, é possível observar que nessa lógica do capital em si e por si tenebrosa, as desigualdades se agravaram e ainda continuam, no contexto da

pandemia do coronavírus, que é uma de suas tantas criaturas. Coadunado com as premissas de Antunes (2020), a crise já se gestava no Brasil há anos, a pandemia é apenas o enfeixamento de um sistema que é letal em relação ao trabalho, à natureza, “a liberdade substantiva” de todos os gêneros, raças, etnias, à plena liberdade sexual, dentre tantas outras dimensões do ser em busca de sua autoemancipação humana e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual crise sistêmica, vem provando sua incapacidade de administrar seus paradoxos, suas contradições, pois o seu *modus operandi* é voltado para a destruição. Assim, está posta a necessidade de enfrentar e reconverter a estrutura produtiva atual, elencando a defesa da vida antes do lucro. Com a pandemia, observamos uma ruptura ou falha metabólica na dinâmica de acumulação do capital, escancarando os limites, contradições e o poder de destruição para a humanidade.

O aparecimento da COVID-19 e seu avanço acelerado, expôs a crise sanitária em vários países. No Brasil, o legado de sucessivas contrarreformas do Estado; de políticas de austeridade; cortes no orçamento para as políticas públicas, demonstrou que o Sistema Público de Saúde (SUS) estava fragilizado e despreparado para atender a demanda. A premissa “Morrer de fome ou acometido pela doença” se fez presente nas narrativas de diversos trabalhadores e trabalhadoras. As desigualdades que já eram latentes se tornaram mais expostas e radicalizadas, exacerbando as expressões da questão social. Nesse cenário, não resta dúvidas que a população mais vulnerável é a mais penalizada e tem custeado a crise.

As profundas mudanças societárias sob a égide da mundialização do capital, capitaneada pela hegemonia financeira e sua tríade da flexibilização, precarização e terceirização são nefastos para a classe-que-vive-do-trabalho, com a retirada de direitos, redução de salários, trabalhos intermitentes, aumento da jornada e superexploração da força de trabalho, entre outras atrocidades. Ademais, soma-se a isso, uma operação em curso, expressas em um discurso conservador e práticas neoliberais, ao apontar soluções para as desigualdades de classe sem tocar nos seus pilares estruturais de sustentação.

Partindo desses aspectos, afirmamos que a ação contra o domínio do capital deve articular lutas trabalhistas, sociais, políticas, isto é, o mundo do trabalho e as lutas sociais de classe, em suas complexas relações com a luta ecológica, de gênero, étnica, racial, geracional, – articulando suas reivindicações singulares e autênticas com sua dimensão de classe, com a necessidade de assumir cada vez mais uma conformação mundializada, articulando lutas nacionais a internacionais, resgatando também o sentido e pertencimento de classe (compreendendo as conformações da classe trabalhadora hoje e sua nova morfologia).

Portanto, é urgente e primordial refletir os caminhos para uma nova forma de sociabilidade, nas palavras de Mészáros (2002) “para além do capital”. A possibilidade de uma efetiva emancipação humana e social, dialoga com a construção de uma alternativa socialista de fato, que encontrará concretude e viabilidade social a partir de revoltas, rebeliões, que tem no trabalho a dimensão crucial, sem todavia, negar a importância das formas de rebeldia e contestação, configuradas no plano social e político, capaz de avançar e fortalecer as lutas e ações anticapitalistas.

Nessa difícil e complexa fase da história, o desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda, é então criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Dardot e Laval (2016), nos compele a refletir que é preciso análises rigorosas das condições e processos relacionados a essas metamorfoses do capital, especificamente os processos que abarcam seus próprios “descarrilamentos”, as lutas que o transformam e as lutas que o renovam. É necessário pensar a luta anticapitalista associada a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende e sustenta, o tripé: Capital, Trabalho e Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018a.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018b.

_____. O trabalho sob fogo cruzado. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.

_____. Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil (Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida), vol. IV. São Paulo, Boitempo.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. A comunidade que resta. Trad. Claudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: Uma relação dialética. In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Crise estrutural do capital, Maquino-fatura e a precarização do trabalho: A Questão Social no Século XXI'. Textos & Contextos, v. 12, n. 2, p. 221-234, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114830>.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Brasil confirma primeiro caso da doença. Brasília: MS; 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Doença pelo Coronavírus 2019. COVID-19. Boletim epidemiológico. Brasília, n 17, maio, 2020. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/29/2020-05-25---BEE17---Boletim-do-COE.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2020.

BLYTH, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. São Paulo. Autonomia Literária. 2007

CISLAGNI, Juliana fiuza. O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. Esquerda online, 2020

Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

CHAUÍ, Marilena. 2016. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados - depoimento. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Lais Modelli. Revista Cult. 2016. Disponível em: www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-portodos-os-lados. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Rio de Janeiro; Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) "Brasil tem 108 enfermeiros mortos e mais 4,1 mil contaminados pelo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/brasil-tem-108-enfermeiros-mortos-e-mais-de-41-mil-contaminados-pelo-coronavirus_79784.html> Acesso em: 06 de dezembro de 2020.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. "A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo". In. Davis, M. et.al (orgs). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FEDERICI, Silvia. El Patriarcado del Salario: críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Vol. 2 - No limiar de uma nova era. São Paulo: Ática, 1978a.

----- . Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ªed. São Paulo. 2008

FERREIRA, Élinay Almeida. O recorte de gênero, raça e classe na pandemia da covid-19. Revista Carta Capital, São Paulo (SP). Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/06/desigualdade-de-genero-em-tempos-de-pandemia-e-isolamento/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nobrega. Da biopolítica à necrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25022019-112250/pt-br.php>. Acesso em: 3 de outubro de 2020.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. 2.Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, LIGIA. "Coronavírus no Brasil: 39% dos patrões dispensaram diaristas sem pagamento durante pandemia, aponta pesquisa", BBC News Brasil em São Paulo. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52375292> Acesso em 7 de Dezembro de 2020.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
----- . Política anticapitalista em tempos de COVID- 19. In. Davis, M. et.al (org). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos,2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 41ª ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e socioeconômica. 2019. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2020

JORNAL BRASIL DE FATO: "Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em 30 de junho de 2020.

KALIL, Isabela.; SANTINI, Rose Marie. Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et al. Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. Folha de Rostto, v. 6, n. 2, p. 5-21, 11 maio 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/490>>. Acesso em 29 de setembro de 2020

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

----- . Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011

MANDEL, E. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARQUES, Rosa. Capitalismo financeiro e as Políticas Sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.) Ruy Mauro Marini - Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. Capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. O capital: Crítica da economia política. L.1, vol II. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 23, n.2. p 199-212, agosto de 2012.

Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802020000200199&lng=en&nrn=iso>. Acesso em 2 de outubro de 2020.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. - 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2012. - (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1).

_____. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc, São Paulo, n.111, p. 413-429, setembro de 2012. Disponível em

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000300002&lng=en&nrn=iso>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS). Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio). 2020. Disponível em:<<http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>> Acesso em 1 de dezembro de 2020.

Organização Internacional do Trabalho. ONU- Mulheres-OIT-Cepal. "Covid-19 acentua a situação precária de trabalhadoras e trabalhadores domésticos na América Latina e no Caribe". Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_747981/lang--pt/index.htm Acesso em 7 de dezembro de 2020

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo, 2020.

SENHORAS, Eloi Martins. "Coronavírus e Educação": Análise dos impactos assimétricos". Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 2, n. 5, 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, Classe e marxismo. Revista Outubro, n. 31, 2º semestre de 2018.

VENTURINI, Ernesto. Em memória de uma mulher maya. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Florianópolis, v. 4, n.10 p 43-61, 2012.